Exercícios de **2024 e 2023**

Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras



Companhia Energética Jaguara

CNPJ: 28.925.264/0001-75
NIRE: 42 3 0004594-2

R. Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064
Agronômica - Florianópolis – SC
CEP 88025-255

SUMÁRIO

Relatório da administração 3
Balanços Patrimoniais 7
Demonstrações dos Resultados 8
Demonstrações dos Resultados Abrangentes 8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 9
Demonstrações dos Fluxos De Caixa 10
Demonstrações dos Valores Adicionados 11
NOTA 2. Contexto operacional 12
NOTA 3. Apresentação das demonstrações financeiras 12
NOTA 4. Caixa e equivalentes de caixa 15
NOTA 5. Contas a receber de clientes 16
NOTA 6. Ativo financeiro de concessão 16
NOTA 7. Imobilizado 17
NOTA 8. Intangível 18
NOTA 9. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros 19
NOTA 10. Debêntures 23
NOTA 11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos 24
NOTA 12. Patrimônio líquido 26
NOTA 13. Dividendos e juros sobre capital próprio 26
NOTA 14. Receita operacional líquida 27
NOTA 15. Resultado financeiro 28
NOTA 16. Transações com partes relacionadas 29
NOTA 17. Seguros 30
NOTA 18. Compromissos de longo prazo 30
NOTA 19. Informações complementares ao fluxo de caixa 30
NOTA 20. Eventos subsequentes 31
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 32
Declaração dos Diretores da Companhia 34
Conselho de Administração 35
Diretoria Executiva 35
Departamento de Contabilidade 35
Relatório dos Auditores Independentes 36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Jaguara ("Jaguara" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2024. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Jaguara é uma sociedade anônima cujo objeto social é a construção e operação de unidades para geração e comercialização de energia elétrica. A Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Usina Hidrelétrica Jaguara ("Usina" ou "UHE Jaguara"), em concessão pelo prazo de 30 anos, ampliados em 2021 por mais 177 dias, por conta da repactuação do risco hidrológico de geração, com a vigência das Leis n° 14.052/2020 e n° 14.182/2021.

A Usina está localizada no Rio Grande, na divisa dos Estados de São Paulo (SP) – município de Rifaina - e Minas Gerais (MG) – município de Sacramento, com capacidade instalada de 424,0 MW e energia assegurada de 324,0 MW médios.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e trading de energia elétrica. Atua ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2024, o cenário econômico global teve crescimento superior a 2023, devido à redução das taxas de inflação e dos juros pelos bancos centrais dos EUA e Europa. Porém, conflitos geopolíticos mantêm a instabilidade, com riscos de novas altas inflacionárias.

No Brasil, o PIB cresceu cerca de 3,5%, impulsionado pelo setor de serviços e aumento de gastos públicos. O desemprego atingiu o menor nível histórico. No entanto, a inflação superou o teto da meta, devido ao aumento da demanda, seca, preço dos alimentos e valorização do dólar, que encerrou o ano em R$ 6,19. O Banco Central aumentou a taxa Selic para conter a inflação e prevê novos aumentos para 2025.

4. Desempenho Operacional

Em 2024, a geração bruta da Usina Hidrelétrica Jaguara foi de 2.465,9 GWh, aumento de 6,6% se comparado ao desempenho de 2023, quando atingiu 2.313,1 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no período em análise foi de 98,8%, 13,2 p.p. superior ao obtido em 2023, de 85,6%.

O aumento da disponibilidade deve-se à redução nas paradas operacionais em virtude das obras de modernização que estão sendo realizadas em suas usinas, previstas para estender-se até 2028.

Importante destacar que a Usina é operada remotamente desde 2018 do Centro de Operação da Geração (COG) localizado em Florianópolis, na sede da ENGIE Brasil Energia, garantindo assim maior padronização, confiabilidade e eficiência operacional ao empreendimento.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2024	2023	Var. (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	558.657	514.315	44.342	8,6
Lucro bruto	454.848	419.335	35.513	8,5
Margem bruta	81,4%	81,5%		(0,1 p.p.)
Ebitda (Lajida)[1]	475.375	439.884	35.491	8,1
Margem Ebitda	85,1%	85,5%		(0,4 p.p.)
Depreciação e amortização	(21.676)	(21.471)	(205)	1,0
Resultado financeiro	(59.924)	(79.764)	19.840	(24,9)
Imposto de renda e contribuição social	(134.058)	(106.648)	(27.410)	25,7
Lucro líquido do exercício	259.717	232.001	27.716	11,9

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

5.1 Receita operacional líquida

Em 2024, a receita operacional líquida da Companhia apresentou acréscimo de R$ 44.342 mil (8,6%), atingindo R$ 558.657 mil, frente aos R$ 514.315 mil reconhecidos em 2023. Essa variação é consequência, principalmente, da combinação dos seguintes eventos: (i) aumento de R$ 22.121 mil na receita com transações de energia, sendo composto pelo (i.i) aumento de R$ 21.469 mil na receita das operações de energia elétrica de contratos bilaterais; (i.ii) acréscimo de R$ 652 mil nas transações realizadas no mercado de curto prazo; (ii) aumento de R$ 19.263 mil na remuneração do ativo financeiro de concessão, motivado, substancialmente, pela elevação do saldo médio do ativo e pelo aumento do IPCA entre os exercícios em comparação e (iii) aumento de R$ 2.893 mil referente à receita de prestação de serviços, motivado pela atualização monetária prevista nos contratos. Mais detalhes sobre o item (i) estão comentados no item “transações de energia” apresentado a seguir.

5.2 Custos da energia vendida

	2024	2023	Var. (R$)	Var. (%)
Energia elétrica comprada para revenda	24.337	10.461	13.876	132,6
Depreciação e amortização	21.676	21.471	205	1,0
Materiais e serviços de terceiros	20.252	28.874	(8.622)	(29,9)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	16.961	16.037	924	5,8
Pessoal	9.121	8.504	617	7,3
Seguros	4.378	3.363	1.015	30,2
Outros custos operacionais	7.084	6.270	814	13,0
	103.809	**94.980**	**8.829**	**9,3**

Os custos da energia vendida aumentaram em R$ 8.829 mil (9,3%) entre os exercícios em comparação, passando de R$ 94.980 mil em 2023 para R$ 103.809 mil em 2024. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

a) **Energia elétrica comprada para revenda:** aumento de R$ 13.876 mil, entre os exercícios em análise. Mais detalhes sobre as variações estão comentados no item “transações de energia” apresentado a seguir.

b) **Materiais e serviços de terceiros:** decréscimo de R$ 8.622 mil entre os exercícios, substancialmente impactado pela redução nos custos de implementação de projetos não relacionados à modernização.

c) **Seguros:** aumento de R$ 1.015 mil entre os exercícios, principalmente devido ao reajuste contratual das apólices, refletindo o acréscimo nos custos de renovação.

5.3 Transações de energia (incluem as transações realizadas no mercado de curto prazo)

A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE”), cujo contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF).

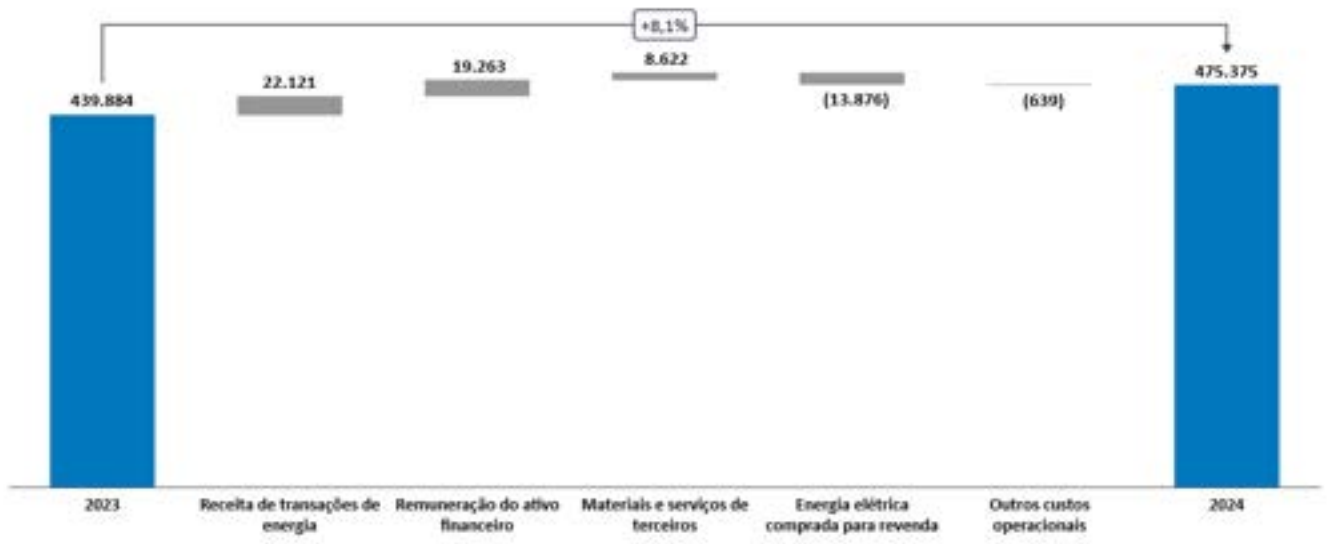
As receitas e os custos com operações de energia elétrica apresentaram aumentos de R$ 22.121 mil e de R$ 13.876 mil, respectivamente, ocasionando um acréscimo de R$ 8.053 mil no lucro bruto da Companhia. Esse acréscimo é resultado, substancialmente, do aumento da receita de suprimento, proveniente das vendas para sua controladora ENGIE, atenuado pelo aumento das transações de compra de energia, devido à estratégia de sazonalização.

5.4 Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda em 2024 foi de R$ 475.375 mil, R$ 35.491 mil (8,1%) acima do apurado em 2023, de R$ 439.884 mil.

Evolução do Ebitda

R$ mil



5.5 Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas apresentaram redução de R$ 19.840 mil (24,9%) entre os exercícios em análise, atingindo o montante de R$ 59.924 mil no 2024 (R$ 79.764 mil no 2023). Essa redução decorre, principalmente, da diminuição do saldo devedor, devido à amortização do saldo de principal ocorrida no exercício de 2024.

5.6 Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL aumentaram R$ 27.410 mil (25,7%), passando de R$ 106.648 mil em 2023 para R$ 134.058 mil em 2024, em decorrência do aumento no lucro antes dos tributos. A alíquota efetiva de IR e CSLL em ambos os exercícios foi de 34,0%.

5.7 Lucro líquido

O lucro líquido em 2024 foi de R$ 259.717 mil, R$ 27.716 mil (11,9%) superior aos R$ 232.001 mil apresentados no 2023, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernest & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram outros serviços, exceto aqueles relacionados à auditoria independente em 2024.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2024.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75| NIRE Nº 42 3 0004594-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	81.617	64.413
Contas a receber de clientes	4	27.493	25.376
Ativo financeiro de concessão	5	245.084	234.229
Outros ativos circulantes		6.362	4.850
		360.556	**328.868**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Ativo financeiro de concessão	5	1.904.673	1.833.921
		1.904.673	**1.833.921**
Imobilizado	6	**84.067**	**16.512**
Intangível	7	**481.460**	**502.485**
		2.470.200	**2.352.918**
TOTAL DO ATIVO		**2.830.756**	**2.681.786**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		18.433	16.438
Dividendos e juros sobre o capital próprio	12	127.798	103.125
Debêntures	9	183.424	199.545
Imposto de renda e contribuição social a pagar		69.226	47.715
Indenização de sinistros a apropriar	16	48	4.221
Outros passivos circulantes		15.270	18.137
		414.199	**389.181**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	9	281.320	434.495
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	292.867	250.223
Indenização de sinistros a apropriar	16	-	561
		574.187	**685.279**
TOTAL DO PASSIVO		**988.386**	**1.074.460**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Capital social		875.449	875.449
Reservas de lucros		875.449	731.877
Dividendos adicionais propostos	12	91.472	-
		1.842.370	**1.607.326**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.830.756**	**2.681.786**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75| NIRE Nº 42 3 0004594-2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	**558.657**	**514.315**
Custos da energia vendida			
Energia elétrica comprada para revenda		(24.337)	(10.461)
Depreciação e amortização		(21.676)	(21.471)
Materiais e serviços de terceiros		(20.252)	(28.874)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão		(16.961)	(16.037)
Pessoal		(9.121)	(8.504)
Seguros		(4.378)	(3.363)
Outros custos operacionais		(7.084)	(6.270)
		(103.809)	**(94.980)**
LUCRO BRUTO		**454.848**	**419.335**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(1.280)	(989)
Outras receitas operacionais, líquidas		131	67
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**453.699**	**418.413**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	11.201	8.546
Despesas financeiras	14	(71.125)	(88.310)
		(59.924)	**(79.764)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**393.775**	**338.649**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	10	(91.414)	(67.232)
Diferido	10	(42.644)	(39.416)
		(134.058)	**(106.648)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**259.717**	**232.001**
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO – EM REAIS	11	**0,29667**	**0,26571**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**259.717**	**232.001**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**259.717**	**232.001**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31.12.2022		**854.409**	**44.375**	**547.541**	**59.835**	**-**	**1.506.160**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	232.001	232.001
Aumento de capital		21.040	-	-	-	-	21.040
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(59.835)	-	(59.835)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(25.000)	(25.000)
Dividendos intermediários		-	-	(45.000)	-	-	(45.000)
Destinações propostas à AGO[1]:							
- Reserva legal	11.b.1/12.a	-	11.600	-	-	(11.600)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	12.a	-	-	-	-	(22.040)	(22.040)
- Reserva de retenção de lucros	11.b.2	-	-	173.361	-	(173.361)	-
Saldos em 31.12.2023	**11**	**875.449**	**55.975**	**675.902**	**-**	**-**	**1.607.326**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	259.717	259.717
Destinações propostas à AGO[1]:							
- Reserva legal	11.b.1/12.a	-	12.986	-	-	(12.986)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	12.a/12.d	-	-	-	-	(24.673)	(24.673)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	91.472	(91.472)	-
- Reserva de retenção de lucros	11.b.2	-	-	130.586	-	(130.586)	-
Saldos em 31.12.2024	**11**	**875.449**	**68.961**	**806.488**	**91.472**	**-**	**1.842.370**

(1) Assembleia Geral Ordinária

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	393.775	338.649
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Remuneração do ativo financeiro de concessão	(309.454)	(290.191)
Juros e variação monetária	69.861	85.778
Depreciação e amortização	21.676	21.471
Outros	(1)	819
Lucro antes dos tributos ajustado	**175.857**	**156.526**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(2.083)	(202)
Ativo financeiro de concessão	227.847	219.921
Outros ativos	(4.055)	(2.714)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	1.506	(6.471)
Indenização de sinistros a apropriar	(4.734)	(7.318)
Outros passivos	(1.425)	2.037
Caixa gerado pelas operações	**392.913**	**361.779**
Pagamento de juros sobre debêntures, líquido de *hedge*	(39.114)	(48.612)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(65.060)	(56.459)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**288.739**	**256.708**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e intangível	(67.718)	(13.375)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(67.718)**	**(13.375)**
Atividades de financiamento		
Pagamento de debêntures, líquido de *hedge*	(200.067)	(187.789)
Pagamento de imposto de renda de juros sobre o capital próprio	(3.750)	(65.165)
Aumento de capital	-	21.040
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(203.817)**	**(231.914)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**17.204**	**11.419**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	64.413	52.994
Saldo final	81.617	64.413
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**17.204**	**11.419**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receita bruta de vendas	276.389	248.523
Remuneração do ativo financeiro de concessão	309.454	290.191
Outras receitas operacionais, líquidas	131	67
	585.974	**538.781**
(-) Insumos		
Materiais e serviços de terceiros	(20.658)	(29.489)
Energia elétrica comprada para revenda	(24.337)	(10.461)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	(16.961)	(16.037)
Outros	(6.183)	(4.573)
	(68.139)	**(60.560)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**517.835**	**478.221**
Depreciação e amortização	(21.676)	(21.471)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**496.159**	**456.750**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	11.201	8.546
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**507.360**	**465.296**

	2024	%	2023	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração:				
Do trabalho				
Remuneração e encargos	5.518	1,1	5.141	1,1
Benefícios	1.148	0,2	972	0,2
Participação nos resultados	948	0,2	820	0,2
FGTS[1]	299	0,1	318	0,1
	7.913	**1,6**	**7.251**	**1,6**
Do governo				
Impostos federais	161.019	31,7	130.957	28,1
Impostos estaduais	57	-	6	-
Impostos municipais	-	-	416	0,1
Encargos setoriais	7.300	1,5	6.134	1,3
	168.376	**33,2**	**137.513**	**29,5**
Do capital de terceiros				
Juros, V.M.[2] e ajuste a valor justo de debêntures, líquidos de *hedge*	69.885	13,8	86.593	18,5
Aluguéis	239	-	246	0,1
Outras despesas financeiras	1.230	0,2	1.692	0,4
	71.354	**14,0**	**88.531**	**19,0**
Do capital próprio				
Reserva legal	12.986	2,6	11.600	2,5
Dividendos	116.145	22,9	22.040	4,7
Juros sobre o capital próprio	-	-	25.000	5,4
Reserva de retenção de lucros	130.586	25,7	173.361	37,3
	259.717	**51,2**	**232.001**	**49,9**
	507.360	**100,0**	**465.296**	**100,0**

(1) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(2) Variação Monetária

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Jaguara ("Companhia" ou "Jaguara") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 19.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Jaguara ("UHE Jaguara" ou "Usina"), localizada no município de Rifaina, estado de São Paulo, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1971 e possui capacidade instalada de 424 MW[1] e 324 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de aproximadamente 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada à Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

d) Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

e) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais notas explicativas vinculadas a aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas são:

Estimativa	Nota Explicativa
Mensuração inicial do valor justo do ativo financeiro da concessão	5
Determinação dos valores justos dos instrumentos financeiros derivativos	8 e 9
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração	6 e 7

e.1) Mensuração inicial do valor justo do ativo financeiro da concessão

A bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro de concessão, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração (RAG).

e.2) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo nas demonstrações financeiras. A definição do valor justo dos derivativos da Companhia exige o uso de metodologias de valoração que podem ser complexas e envolve o uso de estimativas futuras de câmbio, de inflação, de taxas de juros de longo prazo e de preços de energia.

e.3) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

f) Novas normas, alterações e interpretações

O IASB e o CPC emitiram novos pronunciamentos e revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2024. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23 Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	IAS 1, IAS 7, IFRS 7 e IFRS 16	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24 Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	IAS 12	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as	Sem impactos relevantes.

g) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2025, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos ou alterações à pronunciamentos já existentes, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação **IASB**	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	n/a[2]	18.10.2024	01.01.2025	A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	IAS 28	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
IFRS 9 e IFRS 7 O IASB emitiu emenda aos IFRS 9 e IFRS 7 com alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	n/a[1]	n/a[1]	01.01.2026	Sem impactos relevantes.

Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº02				
Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	IFRS S1 e IFRS S2	12.09.2024	01.01.2026	A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as novas normas terão na prática atual.
IFRS 18				
A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação.	n/a[1]	n/a[1]	01.01.2027	A Companhia está atualmente avaliando o impacto que a nova norma terá na prática atual.
IFRS 19				
A IFRS 19 permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	n/a[1]	n/a[1]	01.01.2027	A Companhia está atualmente avaliando o impacto que a nova norma terá na prática atual.

(1) Alterações sem correspondente direto nas normas brasileiras.
(2) Sem correspondente direto nas normas internacionais.

h) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 27.02.2025.

NOTA 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática contábil:

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e depósitos bancários à vista	**254**	**246**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	**81.363**	64.167
	81.617	**64.413**

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2024, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2024 e 2023 foi de cerca de 99,6% e 99,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI - taxa referencial), respectivamente.

NOTA 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Prática contábil:

Contas a receber de clientes são reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

	31.12.2024	31.12.2023
ENGIE Brasil Energia	13.717	12.529
Distribuidoras	12.721	12.153
Transações realizadas na CCEE[1]	1.055	694
	27.493	**25.376**

(1) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia no ambiente de contratação regulado é de aproximadamente 18 dias, e para os contratos comercializados no ambiente de contratação livre é de aproximadamente 15 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

Em 31.12.2024 e 31.12.2023, a Companhia não apresentava valores vencidos em suas contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

NOTA 5. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

Prática contábil:

Corresponde ao direito incondicional de recebimento de caixa por meio do RBO, para recuperação do investimento na aquisição de outorgas de concessão de usinas hidrelétricas licitadas pela União. Foi registrado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa utilizada para o cálculo do valor presente. Os ativos financeiros de concessões são remunerados pela taxa interna de retorno e pela variação do IPCA.

Em 27.09.2017, a Engie, Controladora da Companhia, foi vencedora do Leilão de Concessões não Prorrogadas, para a concessão da Usina Hidrelétrica Jaguara, pelo período de, aproximadamente, 30 anos, a partir de 10.11.2017. O pagamento da bonificação pela outorga da concessão se deu em parcela única em 30.11.2017.

Como parte do processo do Leilão, a Companhia tem assegurado pelo Poder Concedente o direito à venda de 70% da garantia física das usinas, no Sistema de Cota de Garantia Física, garantindo, assim, o direito incondicional de receber caixa durante o período de concessão, sem riscos de demanda, de mercado e hidrológicos. Dessa forma, a parcela do montante pago pela outorga da concessão, correspondente ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, calculado com base na taxa de desconto de referência na data do reconhecimento inicial (10,5%), a serem recebidos pela venda da energia no ACR, foi reconhecida como ativo financeiro.

O direito de extensão do prazo de concessão decorrente da repactuação do risco hidrológico, tratada na Nota 7 – Intangível, de aproximadamente 6 meses, não gerou direitos adicionais de recebimento de RBO.

a) Composição

	31.12.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo financeiro de concessão	245.084	1.904.673	2.149.757	234.229	1.833.921	2.068.150

b) Mutação do ativo financeiro de concessão

Saldo em 31.12.2022	**1.997.880**
Recebimentos	(219.921)
Juros	148.970
Variação monetária	141.221
Saldo em 31.12.2023	**2.068.150**
Recebimentos	(227.847)
Juros	147.910
Variação monetária	161.544
Saldo em 31.12.2024	**2.149.757**

c) Perfil de realização do ativo financeiro de concessão apresentado no ativo não circulante

	Total
2026	204.592
2027	185.083
2028	167.393
2029	151.428
2030	136.879
2031 a 2035	429.229
2036 a 2047	630.069
	1.904.673

NOTA 6. IMOBILIZADO

Prática contábil:

Mensuração

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

a) Composição

		31.12.2024			31.12.2023		
	Taxa média depreciação % (a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Máquinas e equipamentos	6,4%	13.745	(1.871)	11.874	4.319	(1.370)	2.949
Móveis e utensílios	6,2%	728	(174)	554	694	(130)	564
		14.473	**(2.045)**	**12.428**	**5.013**	**(1.500)**	**3.513**
Em curso							
Máquinas e equipamentos		7.929	-	7.929	6.748	-	6.748
Aquisições a ratear		55.101	-	55.101	4.695	-	4.695
Adiantamentos a fornecedores		8.609	-	8.609	1.556	-	1.556
		71.639	**-**	**71.639**	**12.999**	**-**	**12.999**
		86.112	**(2.045)**	**84.067**	**18.012**	**(1.500)**	**16.512**

b) Mutação

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31.12.2022	**2.958**	**482**	**201**	**3.641**
Ingressos	-	-	13.331	13.331
Transferências	411	122	(533)	-
Depreciação	(420)	(40)	-	(460)
Saldos em 31.12.2023	**2.949**	**564**	**12.999**	**16.512**
Ingressos[1]	-	-	68.206	68.206
Transferências	9.531	35	(9.566)	-
Depreciação	(606)	(45)	-	(651)
Saldos em 31.12.2024	**11.874**	**554**	**71.639**	**84.067**

(1) O aumento do ingresso de imobilizado refere-se ao projeto de modernização da Companhia, para maiores detalhes vide NE 17 – Compromisso de Longo Prazo.

NOTA 7. INTANGÍVEL

Prática contábil:

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu em 2021 o intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto na Lei nº 14.052/2020, ao valor justo, o qual é, usualmente, equivalente ao valor definido e disponibilizado pela Aneel. Este direito foi reconhecido no momento em que o direito se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica "Direito de uso de ativos".

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização.

Avaliação do valor de recuperação do intangível – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda *(impairment)* é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

		31.12.2024			31.12.2023		
	Período de amortização	Custo	Amortização acumulada	Total	Custo	Amortização acumulada	Total
Bonificação pela outorga	Até 2048	620.327	(147.837)	472.490	620.327	(127.209)	493.118
Direito de uso de ativos[1]	Até 2048	10.413	(1.443)	8.970	10.413	(1.046)	9.367
		630.740	**(149.280)**	**481.460**	**630.740**	**(128.255)**	**502.485**

(1) O saldo líquido de amortização é composto por: (i) R$ 8.908 referente a repactuação do risco hidrológico; e (ii) R$ 62 referente a *Softwares*.

A movimentação do ativo intangível foi esta:

	Bonificação pela outorga	Direitos de uso de ativos	Total
Saldos em 31.12.2022	**513.746**	**9.706**	**523.452**
Ingressos	-	44	44
Amortização	(20.628)	(383)	(21.011)
Saldos em 31.12.2023	**493.118**	**9.367**	**502.485**
Amortização	(20.628)	(397)	(21.025)
Saldos em 31.12.2024	**472.490**	**8.970**	**481.460**

a) Bonificação pela outorga

A diferença entre o valor pago de bonificação pela outorga e o montante registrado como ativo financeiro de concessão, conforme mencionado na Nota 5 – Ativo financeiro de concessão, representa o direito de uso da infraestrutura da Usina Hidrelétrica Jaguara para geração e venda de energia no ACL. Esse montante foi reconhecido no intangível e está sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão das Usinas.

b) Direito de uso de ativos – repactuação do risco hidrológico

Nos exercícios de 2024 e 2023, as movimentações nos saldos de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica referem-se às amortizações dos exercícios, que estão sendo realizadas linearmente até o prazo final da extensão.

c) Redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31.12.2024 e 31.12.2023 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

NOTA 8. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, a quem cabe: (i) analisar e propor contribuições à minuta da Matriz de Riscos e Oportunidades; (ii) contribuir com a identificação de outros riscos e oportunidades empresariais; e (iii) aprovar proposta de Matriz de Riscos e Oportunidades a ser encaminhada para aprovação da Diretoria Executiva.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços.

Esses riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

a.1) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes

A Companhia apresenta a seguir uma análise de sensibilidade do ativo financeiro de concessão e das debêntures, expostos ao risco de variação do IPCA. O cenário-base provável para o ano de 2024 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

	Variação 12 meses	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação do índice	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**Provável**	**Δ + 25% (1)**	**Administração (1)**
IPCA	4,8%	4,9%	0,1 p.p.	1,2 p.p.	-0,4 p.p.

(1) Variações sobre o cenário provável de 2025.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices dos últimos 12 meses, observados em 31.12.2024, e os previstos no cenário provável dos próximos 12 meses, a findar em 31.12.2025 e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para os próximos 12 meses. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2024	Sensibilidade		
		Provável	**Δ + 25%**	**Administração**
Risco de aumento (passivo)				
Debêntures				
IPCA	464.744	(2.250)	(4.508)	561
Risco de redução (ativo)				
Ativo financeiro de concessão				
IPCA	2.149.757	6.092	(36.740)	(8.886)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures, líquidas dos efeitos do hedge, deduzidas do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros.

A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2024	**31.12.2023**
Debêntures	464.744	634.040
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(81.617)	(64.413)
Dívida líquida	**383.127**	**569.627**
Patrimônio líquido	**1.842.370**	**1.607.326**
Endividamento líquido/Patrimônio líquido	**0,2**	**0,4**

c) Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contrato de debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, a dívida poderá ter seu vencimento antecipado. Em 31.12.2024, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas (Nota 9 – Debêntures).

d) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia, as aplicações financeiras. A Companhia considera o risco de crédito praticamente nulo, tendo em vista os aspectos comentados a seguir:

d.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nas operações de venda de energia no mercado livre, a fim de mitigar o risco de crédito, a Companhia firmou contrato com a sua controladora, vigente a partir de 01.01.2018, até dezembro de 2028, mitigando o seu risco de crédito. Para mais detalhes vide Nota 15 – Transações com partes relacionadas.

d.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2024, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

e) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente.

A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2024. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	Total	Contábil
Fornecedores	18.433	-	18.433	18.433
Debêntures	210.779	302.271	513.050	464.744
	229.212	**302.271**	**531.483**	**483.177**

O ativo financeiro de concessão não possui risco de liquidez, uma vez que está relacionado à parcela de energia destinada ao ACR, no Sistema de Cota de Garantia Física, cujo pagamento é garantido pelo Poder Concedente.

f) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) acontece, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo a Jaguara, está sujeita às variações pelas condições hidrológicas verificadas, tanto pelas condições na região geográfica em que a usina opera como pelas condições em usinas de outras cascatas, que venham a influenciar no volume de água disponível para geração.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da garantia física, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que poderá afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que funciona como um "condomínio", em que o risco hidrológico é compartilhado entre todas as usinas participantes do Mecanismo.

Em 31.12.2024, a parcela da Usina Hidrelétrica Jaguara destinada ao atendimento de Cotas de Garantia Física – 226,8 MW médios – é garantida pelas regras contratuais estabelecidas pelo Poder Concedente e também está blindada desse risco, vide Nota 5 – Ativo financeiro de concessão.

Com relação aos impactos causados no MRE por razões não hidrológicas do passado, os geradores terão direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração de forma a compensar as perdas percebidas, nos termos da Lei nº 14.052/2020. Mais detalhes estão apresentados na Nota 7 – Intangível.

g) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	Hierarquia	31.12.2024	31.12.2023
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	Nível 1	81.363	64.167
Custo amortizado			
Caixa e depósitos bancários à vista	N.A.	254	246
Contas a receber de clientes	N.A.	27.493	25.376
Ativo financeiro de concessão	N.A.	2.149.757	2.068.150
		2.258.867	**2.157.939**
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	N.A.	18.433	16.438
Debêntures	N.A.	464.744	634.040
		483.177	**650.478**

Mensuração do valor justo

A Companhia mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente, por meio de outras informações, diferentes dos preços cotados (nível 1); e

-Nível 3: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas na mensuração do valor justo não estão disponíveis no mercado (não observáveis).

h) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado no ativo financeiro de concessão e nas debêntures. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	31.12.2024		31.12.2023	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo financeiro de concessão	2.149.757	2.160.381	2.068.150	2.106.743
Debêntures	464.744	459.917	634.040	646.942

NOTA 9. DEBÊNTURES

Prática contábil:

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

a) Composição

	31.12.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensurados ao custo amortizado						
Debêntures – 1ª emissão	182.255	281.320	463.575	198.109	434.495	632.604
Encargos	1.169	-	1.169	1.436	-	1.436
Debêntures	**183.424**	**281.320**	**464.744**	**199.545**	**434.495**	**634.040**

b) Mutação das debêntures

	Total
Saldo em 31.12.2022	**770.719**
Juros	52.784
Variações monetárias	32.779
Ajuste a valor justo	(198)
Amortização do principal	(171.220)
Amortização de juros	(50.824)
Saldo em 31.12.2023	**634.040**
Juros	40.535
Variações monetárias	29.350
Amortização do principal	(200.067)
Amortização de juros	(39.114)
Saldo em 31.12.2024	**464.744**

c) Principais condições contratadas

	Quantidade	Remuneração	Condições de Pagamento		Vencimento	Saldos em 31.12.2024
			Encargos	Principal		
1ª Emissão - Série 2	634.000	IPCA + 6,4962% a.a.	Semestrais a partir de 12.2018	Semestrais a partir de 06.2020	06.2027	464.744

d) Garantias

As garantias das debêntures são as seguintes: (a) cessão dos direitos emergentes da autorização; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; e (d) fiança corporativa.

e) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante

	Total
2026	184.045
2027	97.275
	281.320

f) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*	31.12.2024
Debêntures - 1ª emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1	1,51

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

NOTA 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Prática contábil:

São calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal –, ou compensar os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", de forma líquida, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

a.1) Composição

Natureza dos créditos	31.12.2024				31.12.2023
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Remuneração do ativo financeiro de concessão	1.961.281	490.320	176.515	666.835	561.623
Intangível de bonificação pela outorga	369.564	92.391	33.261	125.652	108.119
Repactuação do risco hidrológico	8.908	2.227	802	3.029	3.158
		584.938	**210.578**	**795.516**	**672.900**
Ativo:					
RBO	1.383.638	345.910	124.527	470.437	392.673
Custo de gestão de infraestrutura da usina	93.574	23.394	8.422	31.816	29.621
Outros	1.163	291	105	396	383
		369.595	**133.054**	**502.649**	**422.677**
Valor líquido		**215.343**	**77.524**	**292.867**	**250.223**

a.2) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos do exercício, líquidos

Saldo em 31.12.2022	**210.807**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	39.416
Saldo em 31.12.2023	**250.223**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	42.644
Saldo em 31.12.2024	**292.867**

a.3) Expectativa de realização e exigibilidade

A Administração da Companhia elabora projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização dos créditos fiscais nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	Ativo	Passivo
2025	12.076	50.737
2026	18.641	45.871
2027	22.007	59.699
2028	22.007	54.036
2029	22.007	48.843
2030 a 2032	22.007	36.495
2033 a 2035	22.007	36.495
2036 a 2038	22.007	36.495
2039 em diante	339.890	426.845
	502.649	**795.516**

a) Conciliação dos tributos no resultado

Prática contábil:

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal.

	31.12.2024			31.12.2023		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Resultado antes dos tributos	**393.775**	**393.775**	**393.775**	**338.649**	**338.649**	**338.649**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Tributos às alíquotas nominais	**(98.444)**	**(35.440)**	**(133.884)**	**(84.662)**	**(30.478)**	**(115.140)**
Outros	(127)	(47)	(174)	6.251	2.241	8.492
	(98.571)	**(35.487)**	**(134.058)**	**(78.411)**	**(28.237)**	**(106.648)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(67.215)	(24.199)	(91.414)	(49.429)	(17.803)	(67.232)
Diferido	(31.356)	(11.288)	(42.644)	(28.982)	(10.434)	(39.416)
	(98.571)	**(35.487)**	**(134.058)**	**(78.411)**	**(28.237)**	**(106.648)**
Alíquota efetiva	**25%**	**9%**	**34%**	**23%**	**8%**	**31%**

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2024 e 31.12.2023 é de R$ 875.449, totalmente subscrito e integralizado, representado por 875.448.805 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 875.448.795 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2024, a Administração da Companhia está propondo a destinação do montante de R$ 130.586 (em 31.12.2023 foi destinado R$ 173.361). Os lucros foram retidos em função de projeções de caixa para os anos futuros, haja vista as obrigações da Companhia.

c) Lucro por ação básico e diluído

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	259.717	232.001
Média de ações ordinárias	875.448.805	875.448.805
Lucro por ação básico e diluído – Em reais	**0,29667**	**0,26571**

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

NOTA 12. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Prática contábil:

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; (iii) juros sobre o capital próprio – na data do crédito aos acionistas; e (iv) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela AGO.

a) Cálculo

	31.12.2024	31.12.2023
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	259.717	232.001
Reserva legal	(12.986)	(11.600)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**246.731**	**220.401**
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios	24.673	22.040
Dividendos adicionais propostos	91.472	-
Juros sobre o capital próprio, líquidos do imposto de renda retido	-	21.250
Subtotal	**116.145**	**43.290**
Imposto de renda retido sobre os juros sobre o capital próprio	-	3.750
Total dos dividendos anuais	**116.145**	**43.290**
Percentual do lucro líquido ajustado	**47%**	**20%**

b) Composição do saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Saldo em 31.12.2022	**20.165**
Dividendos e juros sobre o capital próprio aprovados	**148.125**
Dividendos intermediários referentes ao exercício de 2021	45.000
Dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2022	59.835
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício 2023	22.040
Juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido	21.250
Dividendos pagos	**(65.165)**
Dividendos intermediários referentes ao exercício de 2021	(45.000)
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício 2022	(20.165)
Saldo em 31.12.2023	**103.125**
Dividendos aprovados	**24.673**
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício 2024	24.673
Saldo em 31.12.2024	**127.798**

c) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

d) Distribuição de dividendos

Em 28.04.2023, na 6ª AGO da Companhia, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais propostos do exercício de 2022, no valor de R$ 59.835 (R$ 0,07003068897 por ação). Em 20.12.2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio relativo ao período de 01.01.2023 a 31.12.2023, no valor bruto de R$ 25.000, correspondente a R$ 0,02925999809 por ação. Em 30.04.2024, na 7ª AGO da Companhia, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 2023, no valor de R$ 22.040 (R$ 0,02517582472 por ação). A data de pagamento dos proventos apresentados, será definida pela Diretoria Executiva da Companhia posteriormente.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 27.02.2025, encaminhou para aprovação em AGO, a proposta de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31.12.2024, no valor de R$ 24.673 (R$ 0,02888073959 por ação) e a proposta de distribuição de dividendos adicionais referente ao exercício findo em 31.12.2024, no valor de R$ 91.472 (R$ 0,10707129085 por ação). A data de pagamento será definida pela Diretoria Executiva da Companhia posteriormente.

NOTA 13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Prática contábil:

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita operacional bruta é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

A Companhia recebe, para a energia vendida no ACR, como parte da RAG, a parcela referente à GAG, a qual é destinada para a remuneração dos serviços de operação e manutenção da Usina e visa evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber mensalmente, conforme a obrigação de desempenho de manter a Usina operando é atendida.

A remuneração de ativo financeiro de concessão corresponde aos juros e à variação monetária apurados sobre o saldo de ativo financeiro de concessão vide Nota 5 – Ativo financeiro de concessão.

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2024	2023
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	180.121	156.238
Receita GAG - operação e manutenção	85.987	82.799
Transações no mercado de curto prazo	10.210	9.486
Outras receitas	71	-
	276.389	**248.523**
Deduções da receita operacional		
PIS e Cofins	(25.566)	(22.989)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.620)	(1.410)
	(27.186)	**(24.399)**
Remuneração de ativo financeiro de concessão	**309.454**	**290.191**
Receita operacional líquida	**558.657**	**514.315**

NOTA 14. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	11.167	8.525
Juros sobre valores a receber	34	20
Outras receitas financeiras	-	1
	11.201	**8.546**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Debêntures	69.885	85.563
Hedge de valor justo sobre debêntures	-	211
Outros	10	25
Ajuste a valor justo	-	819
Outras despesas financeiras	1.230	1.692
	71.125	**88.310**
Resultado financeiro	**59.924**	**79.764**

NOTA 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações de compra e de venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2024 e 31.12.2023 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia.

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	Ativo	Passivo		
	Contas a receber de clientes	Fornecedores		Dividendos
		Energia	Outros	
31.12.2024				
ENGIE Brasil Energia	13.717	828	1.008	127.798
Total	**13.717**	**828**	**1.008**	**127.798**
31.12.2023	**12.529**	**224**	**292**	**103.125**

c) Venda de energia

A Companhia possui contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no montante de 98,4 MW médios, ao preço de R$ 179,1/MWh, sendo reajustado anualmente pelo IPCA, cuja vigência é de 01.01.2018 até 31.12.2028. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2024 era de R$ 903.495.

O contrato de venda à controladora prevê que esta assuma os impactos decorrentes do MRE, incluindo a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o GSF.

Assim, os montantes relativos a transações com partes relacionadas que afetaram o resultado da Companhia nos exercícios findos em 31.12.2024 e 31.12.2023 foram:

	Receita	Custos e Despesas	
	Venda de Energia[1]	Compra de energia[1]	Serviços de terceiros
2024			
ENGIE Brasil Energia	163.460	24.337	263
Outras	-	-	1.436
Total	**163.460**	**24.337**	**1.699**
2023	**141.786**	**10.461**	**2.098**

(1) As informações apresentadas são líquidas de PIS e Cofins.

d) Acordo operativo

Em 2024, a Companhia e a controladora celebraram um contrato de compartilhamento de operação e manutenção e recursos humanos, no qual a controladora garante o atendimento dos procedimentos internos da Companhia quando da execução de atividades operacionais na UHE Jaguara. O contrato possui vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado por igual período, e foi anuído pela Aneel em 26.12.2024. O montante máximo anual do contrato é de R$ 12.072.

NOTA 16. SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2025 e o valor da cobertura é R$ 2.014.000, sendo R$ 1.885.984 referente a danos materiais e R$ 128.016 a lucros cessantes.

b) Sinistro

Em maio de 2019, ocorreu um sinistro em uma unidade geradora da Usina, ficando a unidade sinistrada indisponível até fevereiro de 2020. A Companhia e a seguradora encerraram as negociações da cobertura de lucros cessantes ao longo do ano de 2021, originando um recebimento de indenização adicional no montante de R$ 18.486.

Em 31.12.2024, a Companhia apresenta o saldo de R$ 48 (R$ 4.782 em 31.12.2023) registrado nas rubricas de "Indenização de sinistros a apropriar" no circulante e não circulante. Em 31.12.2024 e 31.12.2023, a Companhia não possuía saldos remanescentes de indenização de seguros a receber. O reconhecimento no resultado da Companhia do montante recebido como indenização, ocorre simultaneamente aos efeitos de frustração de receita decorrentes dos sinistros, os quais são calculados por meio do Fator de Disponibilidade (FID) e são impactados pelos últimos 60 meses de geração da Usina.

NOTA 17. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A companhia considera os compromissos de longo apresentados abaixo, como suas obrigações mais relevantes:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Utilização do sistema	64.814	64.814	64.814	64.814	64.814	1.166.656	1.490.726
Modernização	87.340	120.689	102.750	97.633	5.098	10.524	424.034
Contratos de operação e manutenção	2.532	1.989	-	-	-	-	4.521
Saldo em 31.12.2024	**154.686**	**187.492**	**167.564**	**162.447**	**69.912**	**1.177.180**	**1.919.281**

a) Utilização do sistema

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de transmissão (CUST) com o ONS e contrato de conexão com empresas de transmissão, o qual tem vigência até a data de término da concessão.

b) Modernização

No exercício de 2024, a Companhia manteve os dois contratos de modernização para as quatro unidades geradoras, sendo o escopo dos contratos de modernização os equipamentos geradores, turbinas, reguladores de velocidade e tensão, sistema digital de supervisão e controle, sistema de proteção e todos os sistemas auxiliares relacionado.

c) Contratos de operação e manutenção

No exercício de 2024, a Companhia manteve contrato de manutenção dos equipamentos, conservação, limpeza e apoio nas atividades operacionais de meio ambiente.

NOTA 18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	2024	2023
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(2.545)	(1.962)
Fornecedores de imobilizado e intangível	489	-

NOTA 19. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Destinação de resultados de 2024

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 27.02.2025, encaminhou para aprovação em AGO, a proposta de distribuição de reserva de retenção de lucros no montante de R$ 130.586.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Balanço patrimonial e demonstração do resultado ajustados por efeitos regulatórios.

Mais informações vide Nota 5 – Ativo financeiro de concessão.

ATIVO

		31.12.2024			31.12.2023		
	Notas	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		81.617	-	81.617	64.413	-	64.413
Contas a receber de clientes	(i)	27.493	21.437	48.930	25.376	20.568	45.944
Ativo financeiro de concessão	(i)	245.084	(245.084)	-	234.229	(234.229)	-
Outros ativos circulantes		6.362	-	6.362	4.850	-	4.850
		360.556	**(223.647)**	**136.909**	**328.868**	**(213.661)**	**115.207**
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Realizável a Longo Prazo							
Ativo financeiro de concessão	(i)	1.904.673	(1.904.673)	-	1.833.921	(1.833.921)	-
Imobilizado	**(i)**	**84.067**	**93.573**	**177.640**	**16.512**	**87.026**	**103.538**
Intangível	**(i)**	**481.460**	**1.181.112**	**1.662.572**	**502.485**	**1.232.746**	**1.735.231**
		2.470.200	**(629.988)**	**1.840.212**	**2.352.918**	**(514.149)**	**1.838.769**
TOTAL		**2.830.756**	**(853.635)**	**1.977.121**	**2.681.786**	**(727.810)**	**1.953.976**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		31.12.2024			31.12.2023		
	Notas	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores		18.433	-	18.433	16.438	-	16.438
Dividendos e juros sobre o capital próprio		127.798	-	127.798	103.125	-	103.125
Debêntures		183.424	-	183.424	199.545	-	199.545
Imposto de renda e contribuição social a pagar		69.226	-	69.226	47.715	-	47.715
Indenização de sinistros a apropriar		48	-	48	4.221	-	4.221
Outros passivos circulantes		15.270	-	15.270	18.137	-	18.137
		414.199	**-**	**414.199**	**389.181**	**-**	**389.181**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Debêntures		281.320	-	281.320	434.495	-	434.495
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	292.867	(290.237)	2.630	250.223	(247.456)	2.767
Indenização de sinistros a apropriar		-	-	-	561	-	561
		574.187	**(290.237)**	**283.950**	**685.279**	**(247.456)**	**437.823**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.842.370**	**(563.398)**	**1.278.972**	**1.607.326**	**(480.354)**	**1.126.972**
TOTAL		**2.830.756**	**(853.635)**	**1.977.121**	**2.681.786**	**(727.810)**	**1.953.976**

		RESULTADO					
		2024			2023		
	Notas	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita Operacional Líquida		558.657	(24.556)	534.101	514.315	(16.768)	497.547
Custos operacionais		(103.809)	(101.268)	(205.077)	(94.980)	(86.214)	(181.194)
LUCRO BRUTO	**(i)**	**454.848**	**(125.824)**	**329.024**	**419.335**	**(102.982)**	**316.353**
Despesas operacionais, líquidas		(1.149)	-	(1.149)	(922)	-	(922)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**453.699**	**(125.824)**	**327.875**	**418.413**	**(102.982)**	**315.431**
Resultado financeiro		(59.924)	-	(59.924)	(79.764)	-	(79.764)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**393.775**	**(125.824)**	**267.951**	**338.649**	**(102.982)**	**235.667**
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(134.058)	42.780	(91.278)	(106.648)	35.014	(71.634)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**259.717**	**(83.044)**	**176.673**	**232.001**	**(67.968)**	**164.033**

Efeitos de contabilização de contratos de concessão

(i) Concessionárias e permissionárias, ativo financeiro de concessão, intangível e imobilizado

Na contabilidade societária, a parcela da bonificação pela outorga que dá direito incondicional ao recebimento de um fluxo de caixa sem riscos de mercado e hidrológicos foi reconhecida como ativo financeiro de concessão. A diferença entre o valor total da bonificação pela outorga e o montante alocado como ativo financeiro de concessão foi reconhecida no ativo intangível. A parcela reconhecida no ativo financeiro de concessão é remunerada pela taxa interna de retorno e atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estes efeitos são apresentados na rubrica "Remuneração do ativo financeiro de concessão". A realização deste ativo financeiro de concessão ocorre por meio dos recebimentos do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO). Os demais itens integrantes da RAG são reconhecidos em linhas específicas do resultado, conforme segue: (i) Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) – reconhecido na rubrica "Receita GAG – operação e manutenção"; (ii) encargos de conexão, encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos – reconhecidos como recuperação dos custos relacionados. O intangível é amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão.

Em contrapartida, para fins regulatórios o montante total da bonificação pela outorga foi reconhecido no ativo intangível, sendo também amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão. Adicionalmente, as receitas faturadas mensalmente às distribuidoras, relacionada a RAG, são reconhecidas na rubrica "Suprimento de energia elétrica".

Os efeitos acima destacados resultam em diferenças na apuração de PIS e Cofins.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os efeitos da remuneração do ativo financeiro de concessão, da amortização da diferença entre intangível fiscal e contábil da bonificação paga pela outorga e da receita de RBO geram imposto de renda e contribuição social diferidos nas demonstrações societárias. Para fins regulatórios, esses efeitos não são considerados, conforme mencionado no item anterior.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Presidente

Eduardo Takamori Guiyotuku
Conselheiro

José Luiz Jansson Laydner
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa, Financeira e
de Relações com Investidores

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Ricardo Bortoluz Lorandi
Contador - CRC SC 043065/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Companhia Energética Jaguara
Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Jaguara ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Shape the future
with confidence

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão e do fornecimento e do suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da relevância dos valores envolvidos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu R$ 309.454 mil decorrente de juros e atualização monetária do ativo financeiro da concessão, R$ 162.404 mil decorrente do suprimento de energia elétrica e R$ 9.206 decorrente de transações no mercado de curto prazo.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:
(i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas de suprimento de energia elétrica, transações no mercado de curto prazo e da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão;
(ii) Avaliação da razoabilidade das estimativas contábeis da receita de energia, reconhecidos ao final do exercício;
(iii) Análise de uma amostra de contratos, para conferência dos dados utilizados na mensuração da estimativa;
(iv) Avaliação do relatório de liquidação subsequente emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada pela Companhia;
(v) Recálculo da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão;
(vi) Teste de recebimento e pagamento subsequente de faturas, por amostragem; e
(vii) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobres as receitas, incluídas na nota 13 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações.

Shape the future
with confidence

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Shape the future
with confidence

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Shape the future
with confidence

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 27 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

Exercícios de **2024 e 2023**

Relatório de Administração e Demonstrações Contábeis Regulatórias



Companhia Energética Jaguara

CNPJ: 28.925.264/0001-75
NIRE: 42 3 0004594-2

R. Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064
Agronômica - Florianópolis – SC
CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Jaguara ("Jaguara" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis Regulatórias, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2024. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Jaguara é uma sociedade anônima cujo objeto social é a construção e operação de unidades para geração e comercialização de energia elétrica. A Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Usina Hidrelétrica Jaguara ("Usina" ou "UHE Jaguara"), em concessão pelo prazo de 30 anos, ampliados em 2021 por mais 177 dias, por conta da repactuação do risco hidrológico de geração, com a vigência das Leis n° 14.052/2020 e n° 14.182/2021.

A Usina está localizada no Rio Grande, na divisa dos Estados de São Paulo (SP) – município de Rifaina - e Minas Gerais (MG) – município de Sacramento, com capacidade instalada de 424,0 MW e energia assegurada de 324,0 MW médios.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e trading de energia elétrica. Atua ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2024, o cenário econômico global teve crescimento superior a 2023, devido à redução das taxas de inflação e dos juros pelos bancos centrais dos EUA e Europa. Porém, conflitos geopolíticos mantêm a instabilidade, com riscos de novas altas inflacionárias.

No Brasil, o PIB cresceu cerca de 3,5%, impulsionado pelo setor de serviços e aumento de gastos públicos. O desemprego atingiu o menor nível histórico. No entanto, a inflação superou o teto da meta, devido ao aumento da demanda, seca, preço dos alimentos e valorização do dólar, que encerrou o ano em R$ 6,19. O Banco Central aumentou a taxa Selic para conter a inflação e prevê novos aumentos para 2025.

4. Desempenho Operacional

Em 2024, a geração bruta da Usina Hidrelétrica Jaguara foi de 2.465,9 GWh, aumento de 6,6% se comparado ao desempenho de 2023, quando atingiu 2.313,1 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no período em análise foi de 98,8%, 13,2 p.p. superior ao obtido em 2023, de 85,6%.

O aumento da disponibilidade deve-se à redução nas paradas operacionais em virtude das obras de modernização que estão sendo realizadas em suas usinas, previstas para estender-se até 2028.

Importante destacar que a Usina é operada remotamente desde 2018 do Centro de Operação da Geração (COG) localizado em Florianópolis, na sede da ENGIE Brasil Energia, garantindo assim maior padronização, confiabilidade e eficiência operacional ao empreendimento.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2024	2023	Var. (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	534.101	497.547	36.554	7,3%
Lucro da atividade	327.875	315.429	12.446	3,9%
Margem da atividade	61,4%	63,4%	-	(2,0 p.p)
Ebitda (Lajida)[1]	404.736	389.469	15.267	3,9%
Depreciação e amortização	(76.861)	(74.040)	(2.821)	3,8%
Resultado financeiro	(59.924)	(79.764)	19.840	-24,9%
Imposto de renda e contribuição social	(91.278)	(71.634)	(19.644)	27,4%
Lucro líquido	176.673	164.031	12.642	7,7%

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

5.1 Receita operacional líquida

Em 2024, a receita operacional líquida da Companhia apresentou acréscimo de R$ 36.554 mil (7,3%), atingindo R$ 534.101 mil, frente aos R$ 497.547 mil reconhecidos em 2023. Essa variação é consequência, substancialmente, da combinação dos seguintes eventos: (i) aumento de R$ 15.979 mil na receita das operações de energia elétrica com distribuidoras, em virtude, basicamente, de atualização monetária; (ii) aumento de R$ 23.882 mil na receita das operações de energia elétrica de contratos bilaterais com partes relacionadas; e (iii) aumento de R$ 3.308 mil nas transações realizadas no mercado de curto prazo. Mais detalhes sobre os itens (ii) e (iii) vide seção "transações de energia entre partes relacionadas e no mercado de curto prazo".

5.2 Custos gerenciáveis e não gerenciáveis

Os custos da energia vendida aumentaram em R$ 24.110 mil (13,2%) entre os exercícios em comparação, passando de R$ 182.116 mil em 2023 para R$ 206.226 mil em 2024. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

a) **Encargos de uso de rede elétrica e de conexão:** aumento de R$ 3.065 mil entre os exercícios em análise, motivado pela atualização monetária prevista nos contratos.

b) **Compra de energia, inclusive CCEE:** aumento de R$ 14.068 mil, entre os exercícios em análise. Mais detalhes sobre as variações estão comentados no item “transações de energia entre partes relacionadas e no mercado de curto prazo” apresentado a seguir.

c) **Depreciação:** o aumento de R$ 2.821 entre os exercícios analisados, deve-se à modernização iniciada em 2023.

5.3 Transações de energia entre partes relacionadas e no mercado de curto prazo

A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE”), cujo contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF).

As receitas e os custos com operações de energia elétrica apresentaram aumentos de R$ 22.121 mil e de R$ 13.876 mil, respectivamente, ocasionando um acréscimo de R$ 8.053 mil no lucro bruto da Companhia. Esse acréscimo é resultado, substancialmente, do aumento da receita de suprimento, proveniente das vendas para sua controladora ENGIE, atenuado pelo aumento das transações de compra de energia, devido à estratégia de sazonalização.

5.4 Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda em 2024 foi de R$ 404.736 mil, R$ 15.267 mil (3,9%) acima do apurado em 2023, de R$ 389.469 mil.

5.5 Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas apresentaram redução de R$ 19.840 mil (24,9%) entre os exercícios em análise, atingindo o montante de R$ 59.924 mil no 2024 (R$ 79.764 mil no 2023). Essa redução decorre, principalmente, da diminuição do saldo devedor, devido à amortização do saldo de principal ocorrida no exercício de 2024.

5.6 Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL aumentaram R$ 19.644 mil (27,4%), passando de R$ 71.634 mil em 2023 para R$ 91.278 mil em 2024, em decorrência do aumento no lucro antes dos tributos. A alíquota efetiva de IR e CSLL em ambos os exercícios foi de 34,0%.

5.7 Lucro líquido

O lucro líquido em 2024 foi de R$ 176.673 mil, R$ 12.642 mil (7,7%) superior aos R$ 164.031 mil apresentados no 2023, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

É importante destacar que quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Portanto, as demonstrações contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernest & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram outros serviços, exceto aqueles relacionados à auditoria independente em 2024.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2024.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75| NIRE Nº 42 3 0004594-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	81.617	64.413
Concessionárias e permissionárias	4	48.930	45.944
Outros ativos circulantes		6.362	4.850
		136.909	**115.207**
Imobilizado	**5**	**177.640**	**103.538**
Intangível	**6**	**1.662.572**	**1.735.231**
		1.840.212	**1.838.769**
TOTAL DO ATIVO		**1.977.121**	**1.953.976**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		18.433	16.438
Dividendos e juros sobre o capital próprio		127.798	103.125
Debêntures	8	183.424	199.545
Imposto de renda e contribuição social a pagar		69.226	47.715
Indenização de sinistros a apropriar	14	48	4.221
Outros passivos circulantes		15.270	18.137
		414.199	**389.181**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	8	281.320	434.495
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.630	2.767
Indenização de sinistros a apropriar	14	-	561
		283.950	**437.823**
TOTAL DO PASSIVO		**698.149**	**827.004**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**9**		
Capital social		875.449	875.449
Reservas de lucros		875.449	731.877
Dividendos adicionais propostos		91.472	-
Proventos excedentes da contabilidade societária		(563.398)	(480.354)
		1.278.972	**1.126.972**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.977.121**	**1.953.976**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75| NIRE Nº 42 3 0004594-2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	10		
Suprimento de energia elétrica		583.944	544.083
Energia elétrica de curto prazo		5.476	2.168
Outras receitas		4.805	7.318
		594.225	**553.569**
Deduções da receita bruta			
Tributos			
PIS		(9.805)	(9.134)
Cofins		(45.161)	(42.071)
Encargos – Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(5.158)	(4.817)
		(60.124)	**(56.022)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**534.101**	**497.547**
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"			
Encargos de uso da rede elétrica		(60.724)	(57.659)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(16.393)	(14.314)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(1.704)	(1.659)
		(78.821)	**(73.632)**
LUCRO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		**455.280**	**423.915**
Custos gerenciáveis – Parcela "B"			
Depreciação e amortização		(76.861)	(74.040)
Material e serviços de terceiros		(10.158)	(9.648)
Compra de energia, inclusive CCEE		(24.770)	(10.702)
Outros custos operacionais		(15.616)	(14.094)
		(127.405)	**(108.484)**
LUCRO DA ATIVIDADE		**327.875**	**315.431**
Resultado financeiro	**11**		
Receitas financeiras		11.201	8.546
Despesas financeiras		(71.125)	(88.310)
		(59.924)	**(79.764)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**267.951**	**235.667**
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(91.414)	(67.232)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	136	(4.402)
		(91.278)	**(71.634)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**176.673**	**164.033**
Lucro por ação básico e diluído – em reais		**0,2018**	**0,1874**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**176.673**	**164.033**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**176.673**	**164.033**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros					
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Proventos excedentes da contabilidade societária	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31.12.2022		**854.409**	**44.375**	**547.541**	**(412.386)**	**59.835**	**-**	**1.093.774**
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	(67.968)	-	67.968	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	164.033	164.033
Aumento de capital		21.040	-	-	-	-	-	21.040
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(59.835)	-	(59.835)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	(25.000)	(25.000)
Dividendos intermediários		-	-	(45.000)	-	-	-	(45.000)
Destinações propostas à AGO[1]:								
- Reserva legal	9.b.1	-	11.600	-	-	-	(11.600)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(22.040)	(22.040)
- Reserva de retenção de lucros	9.b.2	-	-	173.361	-	-	(173.361)	-
Saldos em 31.12.2023	**9**	**875.449**	**55.975**	**675.902**	**(480.354)**	**-**	**-**	**1.126.972**
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	(83.044)	-	83.044	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	176.673	176.673
Destinações propostas à AGO[1]:								
- Reserva legal	9.b.1	-	12.986	-	-	-	(12.986)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(24.673)	(24.673)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	91.472	(91.472)	-
- Reserva de retenção de lucros	9.b.2	-	-	130.586	-	-	(130.586)	-
Saldos em 31.12.2024	**9**	**875.449**	**68.961**	**806.488**	**(563.398)**	**91.472**	**-**	**1.278.972**

(1) Assembleia Geral Ordinária

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	267.951	235.667
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Juros e variação monetária	69.861	85.778
Depreciação e amortização	76.861	74.040
Outros	84	817
Lucro antes dos tributos ajustado	**414.757**	**396.302**
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(2.986)	(830)
Outros ativos	(4.055)	(2.714)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	1.506	(6.471)
Indenização de sinistros a apropriar	(4.734)	(7.318)
Outros passivos	(1.425)	2.037
Caixa gerado pelas operações	**403.063**	**381.006**
Pagamento de juros sobre debêntures, líquido de *hedge*	(39.114)	(48.612)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(65.060)	(56.459)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**298.889**	**275.935**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e intangível	(77.868)	(32.602)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(77.868)**	**(32.602)**
Atividades de financiamento		
Pagamento de debêntures, líquido de *hedge*	(200.067)	(187.789)
Pagamento de imposto de renda de juros sobre o capital próprio	(3.750)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(65.165)
Aumento de capital	-	21.040
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(203.817)**	**(231.914)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**17.204**	**11.419**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	64.413	52.994
Saldo final	81.617	64.413
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**17.204**	**11.419**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ Nº 28.925.264/0001-75 | NIRE Nº 42 3 0004594-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

A Companhia Energética Jaguara ("Companhia" ou "Jaguara") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 19.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Jaguara ("UHE Jaguara" ou "Usina"), localizada no município de Rifaina, estado de São Paulo, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1971 e possui capacidade instalada de 424 MW[1] e 324 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de aproximadamente 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis e estão sendo apresentadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Aneel por meio da Resolução Normativa Aneel nº 933, de 18.05.2021.

A Aneel promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações contábeis para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativo em certos aspectos. Estas diferenças estão explicadas na Nota 17 – Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatórios e societários.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis regulatórias como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d) Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTA 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática contábil:

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis regulatórias. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e depósitos bancários à vista	**254**	**246**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	**81.363**	64.167
	81.617	**64.413**

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2024, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2024 e 2023 foi de cerca de 99,6% e 99,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI - taxa referencial), respectivamente.

NOTA 4. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Prática contábil:

Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

	31.12.2024	31.12.2023
Distribuidoras	34.158	32.720
ENGIE Brasil Energia	13.717	12.529
Transações realizadas na CCEE[1]	1.055	695
	48.930	**45.944**

(1) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia no ambiente de contratação regulado é de aproximadamente 18 dias, e para os contratos comercializados no ambiente de contratação livre é de aproximadamente 15 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

Em 31.12.2024 e 31.12.2023, a Companhia não apresentava valores vencidos em suas contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

NOTA 5. IMOBILIZADO

Prática contábil:

Mensuração

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens.

Em 27.09.2017, a ENGIE, controladora da Companhia, foi vencedora do Leilão de Concessões não Prorrogadas, para a concessão da Usina Hidrelétrica Jaguara, pelo período de, aproximadamente, 30 anos, a partir de 10.11.2017. O pagamento da bonificação pela outorga da concessão se deu em parcela única em 30.11.2017.

A composição e mutação do imobilizado está abaixo apresentada:

Ativo Imobilizado em Serviço - R$ Mil	Valor Bruto em 31.12.2023	Adições	Baixas	Transferências	Valor bruto em 31.12.2024	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2024	Valor líquido em 31.12.2023
Máquinas e equipamentos	97.510	-	(3.575)	78.725	172.660	75.150	(84.172)	88.488	13.451
Reservatórios, Barragens e Adutoras	48.995	-	-	-	48.995	-	(48.528)	467	488
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	28.108	-	(2)	362	28.468	360	(17.440)	11.028	11.137
Móveis e utensílios	694	-	(6)	38	726	32	(174)	552	564
Terrenos	367	-	-	-	367	-	(367)	-	-
Subtotal	**175.674**	**-**	**(3.583)**	**79.125**	**251.216**	**75.542**	**(150.681)**	**100.535**	**25.640**

Ativo Imobilizado em Curso - R$ Mil	Valor Bruto em 31.12.2023	Adições	Baixas	Transferências	Valor bruto em 31.12.2024	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2024	Valor líquido em 31.12.2023
Máquinas e equipamentos	69.790	20.175	-	(78.763)	11.202	(58.588)	-	11.202	69.790
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	57	-	-	57	57	-	57	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	1.210	1.731	-	(362)	2.579	1.369	-	2.579	1.210
Adiantamentos	2.203	6.686	-	-	8.889	6.686	-	8.889	2.203
Móveis e utensílios	-	190	-	-	190	190		190	-
A ratear	4.695	49.493	-	-	54.188	49.493	-	54.188	4.695
Subtotal	**77.898**	**78.332**	**-**	**(79.125)**	**77.105**	**(793)**	**-**	**77.105**	**77.898**
Total do Ativo Imobilizado	**253.572**	**78.332**	**(3.583)**	**-**	**328.321**	**74.749**	**(150.681)**	**177.640**	**103.538**

Ativo Imobilizado em Serviço - R$ Mil	Valor Bruto em 31.12.2022	Adições	Baixas	Transferências	Valor bruto em 31.12.2023	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2023	Valor líquido em 31.12.2022
Máquinas e equipamentos	96.501	-	(19)	1.028	97.510	1.009	(84.059)	13.451	13.429
Reservatórios, Barragens e Adutoras	48.890	-	-	105	48.995	105	(48.507)	488	401
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	21.170	-	-	6.938	28.108	6.938	(16.971)	11.137	4.531
Móveis e utensílios	571	-	-	123	694	123	(130)	564	481
Terrenos	367	-	-	-	367	-	(367)	-	-
Subtotal	**167.499**	**-**	**(19)**	**8.194**	**175.674**	**8.175**	**(150.034)**	**25.640**	**18.842**

Ativo Imobilizado em Curso - R$ Mil	Valor Bruto em 31.12.2022	Adições	Baixas	Transferências	Valor bruto em 31.12.2023	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2023	Valor líquido em 31.12.2022
Máquinas e equipamentos	20.946	52.255	-	(3.411)	69.790	48.844	-	69.790	20.946
Reservatórios, Barragens e Adutoras	105	-	-	(105)	-	(105)	-	-	105
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	4.011	1.877	-	(4.678)	1.210	(2.801)	-	1.210	4.011
Adiantamentos	26.094	(23.891)	-	-	2.203	(23.891)	-	2.203	26.094
A ratear	2.376	2.319	-	-	4.695	2.319	-	4.695	2.376
Subtotal	**53.532**	**32.560**	**-**	**(8.194)**	**77.898**	**24.366**	**-**	**77.898**	**53.532**
Total do Ativo Imobilizado	**221.031**	**32.560**	**(19)**	**-**	**253.572**	**32.541**	**(150.034)**	**103.538**	**72.374**

NOTA 6. INTANGÍVEL

Prática contábil:

Refere-se, principalmente, ao direito de uso da infraestrutura, originado pela bonificação pela outorga da concessão. A amortização é registrada de forma linear no prazo de vigência do contrato de concessão.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu em 2021 o intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto na Lei n° 14.052/2020, ao valor justo, o qual é, usualmente, equivalente ao valor definido e disponibilizado pela Aneel. Este direito foi reconhecido no momento em que o direito se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica "Direito de uso de ativos".

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar a perda de valores não recuperáveis de seus ativos. Em 2024 e 2023, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável destes ativos.

	Valor bruto em 31.12.2023	Valor bruto em 31.12.2024	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2024
Ativo intangível em serviço				
Geração				
Bônus de Outorga	2.171.000	2.171.000	(517.398)	1.653.602
Direito de extensão de concessão	10.329	10.329	(1.422)	8.907
Software	428	428	(365)	63
	2.181.757	**2.181.757**	**(519.185)**	**1.662.572**

	Valor bruto em 31.12.2022	Adições	Transferência	Valor bruto em 31.12.2023	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2023
Ativo intangível em serviço						
Geração						
Bônus de Outorga	2.171.000	-	-	2.171.000	(445.204)	1.725.796
Direito de extensão de concessão	10.329	-	-	10.329	(1.042)	9.287
Software	346	-	82	428	(280)	148
Ativo intangível em curso						
Geração						
Software	40	42	(82)	-	-	-
	2.181.715	**42**	**-**	**2.181.757**	**(446.526)**	**1.735.231**

NOTA 7. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, a quem cabe: (i) analisar e propor contribuições à minuta da Matriz de Riscos e Oportunidades; (ii) contribuir com a identificação de outros riscos e oportunidades empresariais; e (iii) aprovar proposta de Matriz de Riscos e Oportunidades a ser encaminhada para aprovação da Diretoria Executiva.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços.

Esses riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia, as aplicações financeiras. A Companhia considera o risco de crédito praticamente nulo, tendo em vista os aspectos comentados a seguir:

b.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nas operações de venda de energia no mercado livre, a fim de mitigar o risco de crédito, a Companhia firmou contrato com a sua controladora, vigente a partir de 01.01.2018, até dezembro de 2028, mitigando o seu risco de crédito. Para mais detalhes vide Nota 13 – Transações com partes relacionadas. Em relação ao mercado regulado, o recebimento é garantido pelo Poder Concedente.

b.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2024, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente.

A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2024. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	Total	Contábil
Fornecedores	18.433	-	18.433	18.433
Debêntures	210.779	302.271	513.050	464.744
	229.212	**302.271**	**531.483**	**483.177**

d) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) acontece, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo a Jaguara, está sujeita às variações pelas condições hidrológicas verificadas, tanto pelas condições na região geográfica em que a usina opera como pelas condições em usinas de outras cascatas, que venham a influenciar no volume de água disponível para geração.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da garantia física, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que poderá afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que funciona como um "condomínio", em que o risco hidrológico é compartilhado entre todas as usinas participantes do Mecanismo.

Em 31.12.2024, a parcela da Usina Hidrelétrica Jaguara destinada ao atendimento de Cotas de Garantia Física – 226,8 MW médios – é garantida pelas regras contratuais estabelecidas pelo Poder Concedente e está blindada desse risco.

Com relação aos impactos causados no MRE por razões não hidrológicas do passado, os geradores terão direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração de forma a compensar as perdas percebidas, nos termos da Lei n° 14.052/2020. Mais detalhes estão apresentados na Nota 6 – Intangível.

e) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	Hierarquia	31.12.2024	31.12.2023
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	Nível 1	81.363	64.167
Custo amortizado			
Caixa e depósitos bancários à vista	N.A.	254	246
Concessionárias e permissionárias	N.A.	48.930	45.944
		130.547	**110.357**
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	N.A.	18.433	16.438
Debêntures	N.A.	464.744	634.040
		483.177	**650.478**

Mensuração do valor justo

A Companhia mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis regulatórias são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente, por meio de outras informações, diferentes dos preços cotados (nível 1); e

-Nível 3: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas na mensuração do valor justo não estão disponíveis no mercado (não observáveis).

NOTA 8. DEBÊNTURES

Prática contábil:

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

a) Composição

	31.12.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensurados ao custo amortizado						
Debêntures – 1ª emissão	182.255	281.320	463.575	198.109	434.495	632.604
Encargos	1.169	-	1.169	1.436	-	1.436
Debêntures	**183.424**	**281.320**	**464.744**	**199.545**	**434.495**	**634.040**

b) Mutação das debêntures

	Total
Saldo em 31.12.2022	**770.719**
Juros	52.784
Variações monetárias	32.779
Ajuste a valor justo	(198)
Amortização do principal	(171.220)
Amortização de juros	(50.824)
Saldo em 31.12.2023	**634.040**
Juros	40.535
Variações monetárias	29.350
Amortização do principal	(200.067)
Amortização de juros	(39.114)
Saldo em 31.12.2024	**464.744**

c) Principais condições contratadas

			Condições de Pagamento			
	Quantidade	Remuneração	Encargos	Principal	Vencimento	Saldos em 31.12.2024
1ª Emissão - Série 2	634.000	IPCA + 6,4962% a.a.	Semestrais a partir de 12.2018	Semestrais a partir de 06.2020	06.2027	464.744

d) Garantias

As garantias das debêntures são as seguintes: (a) cessão dos direitos emergentes da autorização; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; e (d) fiança corporativa.

e) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante

	Total
2026	184.045
2027	97.275
	281.320

f) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*	31.12.2024
Debêntures - 1ª emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1	1,51

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

NOTA 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2024 e 31.12.2023 é de R$ 875.449, totalmente subscrito e integralizado, representado por 875.448.805 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 875.448.795 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva Legal

Do lucro líquido societário do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2024, a Administração da Companhia está propondo a destinação do montante de R$ 130.586 (em 31.12.2023 foi destinado R$ 173.361). Os lucros foram retidos em função de projeções de caixa para os anos futuros, haja vista as obrigações da Companhia.

c) Dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido societário ajustado do exercício.

d) Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

e) Proventos excedentes da contabilidade societária

Refere-se à diferença de resultado e suas destinações da Companhia entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória.

NOTA 10. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Prática contábil:

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

	2024			2023		
	Nº Consumidores	MWh Mil	R$ Mil	Nº Consumidores	MWh Mil	R$ Mil
Suprimento faturado						
Distribuidoras	92	-	369.666	85	-	355.125
ENGIE Brasil Energia	1	791	166.403	1	789	143.709
	93	**791**	**536.069**	**86**	**789**	**498.834**
Suprimento não faturado						
Distribuidoras	92	-	34.158	85	-	32.720
ENGIE Brasil Energia	1	73	13.717	1	73	12.529
	93	**73**	**47.875**	**86**	**73**	**45.249**
Transações no mercado de curto prazo	-	-	5.476	-	-	2.168
Outras receitas	-	-	4.805	-	-	7.318
	93	**864**	**594.225**	**86**	**862**	**553.569**

Os empreendimentos alcançados pelo regime de cotas, apresentados na rubrica de "Distribuidoras", são remunerados através de receitas fixas calculadas com base nos custos envolvidos na prestação do serviço de geração. Além disso, o gerador que tem sua energia comercializada em regime de cotas de garantia física não arca com os riscos hidrológicos nem com os resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) associados à Usina.

A capacidade instalada da Usina é destinada na proporção de 70% ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) no Sistema de Cota de Garantia Física e 30% ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme o Contrato de Concessão n° 02/2017, assinado em 10.11.2017.

NOTA 11. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	11.167	8.525
Juros sobre valores a receber	34	20
Outras receitas financeiras	-	1
	11.201	**8.546**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Debêntures	69.885	85.563
Hedge de valor justo sobre debêntures	-	211
Outros	10	25
Ajuste a valor justo	-	819
Outras despesas financeiras	1.230	1.692
	71.125	**88.310**
Resultado financeiro	**59.924**	**79.764**

NOTA 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Prática contábil:

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras societárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal.

a) Conciliação dos tributos no resultado

	2024			2023		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	267.951	267.951	267.951	235.665	235.665	235.665
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**(66.988)**	**(24.116)**	**(91.104)**	**(58.916)**	**(21.210)**	**(80.126)**
Outros	(127)	(47)	(174)	6.251	2.241	8.492
	(67.115)	**(24.163)**	**(91.278)**	**(52.665)**	**(18.969)**	**(71.634)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(67.215)	(24.199)	(91.414)	(49.429)	(17.803)	(67.232)
Diferido	100	36	136	(3.236)	(1.166)	(4.402)
	(67.115)	**(24.163)**	**(91.278)**	**(52.665)**	**(18.969)**	**(71.634)**
Alíquota efetiva	**25%**	**9%**	**34%**	**25%**	**9%**	**34%**

NOTA 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações de compra e de venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2024 e 31.12.2023 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia.

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	Ativo	Passivo		
	Contas a receber de clientes	Fornecedores		Dividendos
		Energia	Outros	
31.12.2024				
ENGIE Brasil Energia	13.717	828	1.008	127.798
Total	**13.717**	**828**	**1.008**	**127.798**
31.12.2023	**12.529**	**224**	**292**	**103.125**

c) Venda de energia

A Companhia possui contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no montante de 98,4 MW médios, ao preço de R$ 179,1/MWh, sendo reajustado anualmente pelo IPCA, cuja vigência é de 01.01.2018 até 31.12.2028. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2024 era de R$ 903.495.

O contrato de venda à controladora prevê que esta assuma os impactos decorrentes do MRE, incluindo a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o GSF. Assim, os montantes relativos a transações com partes relacionadas que afetaram o resultado da Companhia nos exercícios findos em 31.12.2024 e 31.12.2023 foram:

	Receita	Custos e Despesas	
	Venda de Energia[1]	Compra de energia[1]	Serviços de terceiros
2024			
ENGIE Brasil Energia	163.460	24.337	263
Outras	-	-	1.436
Total	**163.460**	**24.337**	**1.699**
2023	**141.786**	**10.461**	**2.098**

(1) As informações apresentadas são líquidas de PIS e Cofins.

d) Acordo operativo

Em 2024, a Companhia e a controladora celebraram um contrato de compartilhamento de operação e manutenção e recursos humanos, no qual a controladora garante o atendimento dos procedimentos internos da Companhia quando da execução de atividades operacionais na UHE Jaguara. O contrato possui vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado por igual período, e foi anuído pela Aneel em 26.12.2024. O montante máximo anual do contrato é de R$ 12.072.

NOTA 14. SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2025 e o valor da cobertura é R$ 2.014.000, sendo R$ 1.885.984 referente a danos materiais e R$ 128.016 a lucros cessantes.

b) Sinistro

Em maio de 2019, ocorreu um sinistro em uma unidade geradora da Usina, ficando a unidade sinistrada indisponível até fevereiro de 2020. A Companhia e a seguradora encerraram as negociações da cobertura de lucros cessantes ao longo do ano de 2021, originando um recebimento de indenização adicional no montante de R$ 18.486.

Em 31.12.2024, a Companhia apresenta o saldo de R$ 48 (R$ 4.782 em 31.12.2023) registrado nas rubricas de "Indenização de sinistros a apropriar" no circulante e não circulante. Em 31.12.2024 e 31.12.2023, a Companhia não possuía saldos remanescentes de indenização de seguros a receber. O reconhecimento no resultado da Companhia do montante recebido como indenização, ocorre simultaneamente aos efeitos de frustração de receita decorrentes dos sinistros, os quais são calculados por meio do Fator de Disponibilidade (FID) e são impactados pelos últimos 60 meses de geração da Usina.

NOTA 15. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A companhia considera os compromissos de longo apresentados abaixo, como suas obrigações mais relevantes:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Utilização do sistema	64.814	64.814	64.814	64.814	64.814	1.166.656	1.490.726
Modernização	87.340	120.689	102.750	97.633	5.098	10.524	424.034
Contratos de operação e manutenção	2.532	1.989	-	-	-	-	4.521
Saldo em 31.12.2024	**154.686**	**187.492**	**167.564**	**162.447**	**69.912**	**1.177.180**	**1.919.281**

a) Utilização do sistema

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de transmissão (CUST) com o ONS e contrato de conexão com empresas de transmissão, o qual tem vigência até a data de término da concessão.

b) Modernização

No exercício de 2024, a Companhia manteve os dois contratos de modernização para as quatro unidades geradoras, sendo o escopo dos contratos de modernização os equipamentos geradores, turbinas, reguladores de velocidade e tensão, sistema digital de supervisão e controle, sistema de proteção e todos os sistemas auxiliares relacionado.

c) Contratos de operação e manutenção

No exercício de 2024, a Companhia manteve contrato de manutenção dos equipamentos, conservação, limpeza e apoio nas atividades operacionais de meio ambiente.

NOTA 16. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	2024	2023
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(2.545)	(1.962)
Fornecedores de imobilizado e intangível	489	-

NOTA 17. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIOS E SOCIETÁRIOS

As demonstrações contábeis societárias são elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Enquanto as demonstrações contábeis regulatórias seguem a regulamentação regulatória, determinada pela Aneel. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas contábeis regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas contábeis societárias.

Balanço Patrimonial

ATIVO

		31.12.2024			31.12.2023		
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		81.617	-	81.617	64.413	-	64.413
Concessionárias e permissionárias	(i)	48.930	(21.437)	27.493	45.944	(20.568)	25.376
Ativo financeiro de concessão	(i)	-	245.084	245.084	-	234.229	234.229
Outros ativos circulantes		6.362	-	6.362	4.850	-	4.850
		136.909	**223.647**	**360.556**	**115.207**	**213.661**	**328.868**
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Realizável a Longo Prazo							
Ativo financeiro de concessão	(i)	-	1.904.673	1.904.673	-	1.833.921	1.833.921
		-	**1.904.673**	**1.904.673**	**-**	**1.833.921**	**1.833.921**
Imobilizado	**(i)**	**177.640**	**(93.573)**	**84.067**	**103.538**	**(87.026)**	**16.512**
Intangível	**(i)**	**1.662.572**	**(1.181.112)**	**481.460**	**1.735.231**	**(1.232.746)**	**502.485**
		1.840.212	**629.988**	**2.470.200**	**1.838.769**	**514.149**	**2.352.918**
TOTAL		**1.977.121**	**853.635**	**2.830.756**	**1.953.976**	**727.810**	**2.681.786**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		31.12.2024			31.12.2023		
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Societário	Ajustes	Societário
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores		18.433	-	18.433	16.438	-	16.438
Dividendos e juros sobre o capital próprio		127.798	-	127.798	103.125	-	103.125
Debêntures		183.424	-	183.424	199.545	-	199.545
Imposto de renda e contribuição social a pagar		69.226	-	69.226	47.715	-	47.715
Indenização de sinistros a apropriar		48	-	48	4.221	-	4.221
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge*		-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		15.270	-	15.270	18.137	-	18.137
		414.199	**-**	**414.199**	**389.181**	**-**	**389.181**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Debêntures		281.320	-	281.320	434.495	-	434.495
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	2.630	290.237	292.867	2.767	247.456	250.223
Indenização de sinistros a apropriar		-	-	-	561	-	561
		283.950	**290.237**	**574.187**	**437.823**	**247.456**	**685.279**
Capital social		875.449	-	875.449	875.449	-	875.449
Reservas de lucros		875.449	-	875.449	731.877	-	731.877
Dividendos adicionais propostos		91.472	-	91.472	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária		(563.398)	563.398	-	(480.354)	480.354	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.278.972**	**563.398**	**1.842.370**	**1.126.972**	**480.354**	**1.607.326**
TOTAL		**1.977.121**	**853.635**	**2.830.756**	**1.953.976**	**727.810**	**2.681.786**

Demonstração do resultado

	Nota	2024 Regulatório	2024 Ajustes	2024 Societário	2023 Regulatório	2023 Ajustes	2023 Societário
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(iv)						
Suprimento de energia elétrica		583.944	(403.824)	180.120	544.083	(387.845)	156.238
Energia elétrica de curto prazo		5.476	-	5.476	2.168	-	2.168
Receita GAG – operação e manutenção	(iv)	-	85.987	85.987	-	82.799	82.799
Remuneração do ativo financeiro de concessão	(iii)	-	309.454	309.454	-	290.191	290.191
Outras receitas		4.805	-	4.805	7.318	-	7.318
		594.225	**(8.383)**	**585.842**	**553.569**	**(14.855)**	**538.714**
Deduções da receita bruta							
Tributos							
PIS	(iv)	(9.805)	5.244	(4.561)	(9.134)	5.033	(4.101)
Cofins	(iv)	(45.161)	24.156	(21.005)	(42.071)	23.183	(18.888)
Encargos – Parcela "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(iv)	(5.158)	3.539	(1.619)	(4.817)	3.407	(1.410)
		(60.124)	**32.939**	**(27.185)**	**(56.022)**	**31.623**	**(24.399)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**534.101**	**24.556**	**558.657**	**497.547**	**16.768**	**514.315**
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"							
Encargos de uso da rede elétrica	(v)	(60.724)	43.763	(16.961)	(57.659)	41.622	(16.037)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(v)	(16.393)	11.190	(5.203)	(14.314)	10.066	(4.248)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(v)	(1.704)	1.227	(477)	(1.659)	1.183	(476)
		(78.821)	**56.180**	**(22.641)**	**(73.632)**	**52.871**	**(20.761)**
LUCRO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		**455.280**	**80.736**	**536.016**	**423.915**	**69.639**	**493.554**
Custos gerenciáveis – Parcela "B"							
Depreciação e amortização	(vi)	(76.861)	55.185	(21.676)	(74.040)	52.569	(21.471)
Material e serviços de terceiros	(vii)	(10.158)	(10.097)	(20.255)	(9.648)	(19.226)	(28.874)
Compra de energia, inclusive CCEE		(24.770)	-	(24.770)	(10.702)	-	(10.702)
Outros custos operacionais		(15.616)	-	(15.616)	(14.094)	-	(14.094)
		(127.405)	**45.088**	**(82.317)**	**(108.484)**	**33.343**	**(75.141)**
LUCRO DA ATIVIDADE		**327.875**	**125.824**	**453.699**	**315.431**	**102.982**	**418.413**
Resultado financeiro							
Receitas financeiras		11.201	-	11.201	8.546	-	8.546
Despesas financeiras		(71.125)	-	(71.125)	(88.310)	-	(88.310)
		(59.924)	**-**	**(59.924)**	**(79.764)**	**-**	**(79.764)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**267.951**	**125.824**	**393.775**	**235.667**	**102.982**	**338.649**
Imposto de renda e contribuição social corrente		(91.414)	-	(91.414)	(67.232)	-	(67.232)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(viii)	136	(42.780)	(42.644)	(4.402)	(35.014)	(39.416)
		(91.278)	**(42.780)**	**(134.058)**	**(71.634)**	**(35.014)**	**(106.648)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**176.673**	**83.044**	**259.717**	**164.033**	**67.968**	**232.001**
Lucro por ação básico e diluído – em reais		**0,2018**		**0,2967**	**0,1874**		**0,2650**

Efeitos de contabilização de contratos de concessão

(i), (iii), (iv), (v), (vi) e (vii) Concessionárias e permissionárias, ativo financeiro de concessão, intangível e imobilizado

Na contabilidade societária, a parcela da bonificação pela outorga que dá direito incondicional ao recebimento de um fluxo de caixa sem riscos de mercado e hidrológicos foi reconhecida como ativo financeiro de concessão. A diferença entre o valor total da bonificação pela outorga e o montante alocado como ativo financeiro de concessão foi reconhecida no ativo intangível. A parcela reconhecida no ativo financeiro de concessão é remunerada pela taxa interna de retorno e atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estes efeitos são apresentados na rubrica "Remuneração do ativo financeiro de concessão". A realização deste ativo financeiro de concessão ocorre por meio dos recebimentos do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO). Os demais itens integrantes da RAG são reconhecidos em linhas específicas do resultado, conforme segue: (i) Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) – reconhecido na rubrica "Receita GAG – operação e manutenção"; (ii) encargos de conexão, encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos – reconhecidos como recuperação dos custos relacionados. O intangível e imobilizado é amortizado e depreciado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão. Adicionalmente, as receitas faturadas mensalmente às distribuidoras, relacionada a RAG, são reconhecidas na rubrica "Suprimento de energia elétrica".

Em contrapartida, para fins regulatórios o montante total da bonificação pela outorga foi reconhecido no ativo intangível, sendo também amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão.

Os efeitos acima destacados resultam em diferenças na apuração de PIS e Cofins.

Adicionalmente, os itens de adição de imobilizado são considerados como custo na rubrica "Materiais e serviços de terceiros" nas demonstrações contábeis societárias.

(ii), (viii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os efeitos da remuneração do ativo financeiro de concessão, da amortização da diferença entre intangível fiscal e contábil da bonificação paga pela outorga e da receita de RBO geram imposto de renda e contribuição social diferidos nas demonstrações societárias. Para fins regulatórios, esses efeitos não são considerados, conforme mencionado no item anterior.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31.12.2024
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	
Saldo no início do exercício	**480.354**
(iii) Remuneração do ativo financeiro da concessão	309.454
(iv) Retorno da Bonificação de Outorga (RBO), líquida	(284.898)
(v) Custos não gerenciáveis – Parcela "A"	56.180
(vi) Depreciação e amortização	55.185
(vii) Material e serviços de terceiros	(10.097)
(viii) Tributos diferidos sobre as diferenças de práticas contábeis	(42.780)
Saldo no final do exercício	**563.398**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Presidente

Eduardo Takamori Guiyotuku
Conselheiro

José Luiz Jansson Laydner
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa, Financeira e
de Relações com Investidores

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Ricardo Bortoluz Lorandi
Contador - CRC SC 043065/O-0

Shape the future
with confidence

Taruma Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau – SC – Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia Energética Jaguara
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias ("demonstrações contábeis") da Companhia Energética Jaguara ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Jaguara em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Shape the future
with confidence

Outros assuntos

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 27 de fevereiro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

Shape the future
with confidence

Outros assuntos

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 27 de fevereiro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

Shape the future
with confidence

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 27 de março de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

Companhia Energética
Jaguara

Termo de responsabilidade – Demonstração Contábil Regulatória - Companhia Energética Jaguara

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo V, inciso XVII, da Resolução Normativa nº **846**, de **11 de junho de 2019**, bem como os signatários, às previstas nos artigos **171 e 299**, ambos do Código Penal.

Florianópolis, 27 de março de 2025.

_____
José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

_____
Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

_____
Paulo Ricardo Bortoluz Lorandi
Contador - CRC SC 043065/O-0

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019
(revogou a Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004)
Art. 13. Constitui infração do Grupo V:
(...)
XVII - fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL
Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.
Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Este documento foi assinado eletronicamente por Jose Luiz Jansson Laydner, Romary Dos Anjos Silva e Paulo Ricardo Bortoluz Lorandi.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://engie.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 26EA-C0CA-DB03-0086.

Este documento foi assinado eletronicamente por Jose Luiz Jansson Laydner, Romary Dos Anjos Silva e Paulo Ricardo Bortoluz Lorandi.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://engie.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 26EA-C0CA-DB03-0086.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Engie. Para verificar as assinaturas clique no link: https://engie.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/26EA-C0CA-DB03-0086 ou vá até o site https://engie.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 26EA-C0CA-DB03-0086

Hash do Documento

8EEE8E66D41EC92039F788736CB325D3CB1B1C022DAE55E2922FC0ECA4C6E07D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/03/2025 é(são) :

☑ Jose Luiz Jansson Laydner (Signatário - ENGIE BRASIL ENERGIA SA) - 481.767.029-00 em 27/03/2025 15:14 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica

Evidências

Client Timestamp Thu Mar 27 2025 15:14:07 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)
Geolocation Latitude: -27.588702 Longitude: -48.545112 Accuracy: 389
IP 189.4.123.172
Identificação: Por email: jose.laydner@engie.com
Hash Evidências:
134099A68160552A7CE5DDDEE283F8797E7F6E61CC26DEF3D115F14CFF13CEEE

☑ Romary Dos Anjos Silva (Signatário - ENGIE BRASIL ENERGIA SA) - 058.505.519-05 em 27/03/2025 14:35 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica

Evidências

Client Timestamp Thu Mar 27 2025 14:35:25 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)
Geolocation Latitude: -27.574154 Longitude: -48.527885 Accuracy: 47
IP 200.9.2.254
Identificação: Por email: romary.anjos@engie.com
Hash Evidências:
5268911D8D7F7C37B649DD6FAAFB7D33AF1FCD5E7C482D3D9A0973F9C76B7E44

☑ Paulo Ricardo Bortoluz Lorandi - 005.069.620-32 em 27/03/2025 10:20 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica

Evidências

Client Timestamp Thu Mar 27 2025 10:20:20 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)
Geolocation Location not shared by user.
IP 200.9.2.254
Identificação: Autenticação de conta
Hash Evidências:
147C202496BBC04F7843B8C88BB8F4A54C83B4DE897FC9E2EE99F192023A3343